



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

CADERNO DE QUESTÕES - INSTRUÇÕES GERAIS

DA PROVA OBJETIVA SELETIVA: A prova objetiva seletiva de caráter eliminatório e classificatório, valerá 100 pontos, e será composta de cinquenta questões, com valor de 2 pontos cada.

- 1) As questões da prova objetiva seletiva serão do tipo múltipla escolha com 5 opções e sem fator de correção, versando sobre: DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO DO TRABALHO/DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E LINGUA PORTUGUESA.
- 2) Não será permitida a utilização de qualquer material de consulta durante a realização da prova objetiva seletiva.
- 3) O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva seletiva para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas no edital, no caderno de provas e no cartão de respostas. Em hipótese alguma, haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.
- 4) Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com estas instruções, tais como mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente, ainda que inteligíveis.
- 5) O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar seu cartão de respostas, sob pena da impossibilidade de realização da leitura óptica.
- 6) O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial, seu nome e seu documento de identidade.
- 7) Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento. Neste caso, o candidato será acompanhado por fiscal da Procuradoria Geral do Estado, devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio.
- 8) Será anulada a prova objetiva seletiva do candidato que não devolver a seu cartão de respostas.

DA PROVA DISCURSIVA - A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta indelével, nas cores azul ou preta.



VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

- 9) Não será permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de deficiência que impossibilite a redação pelo próprio candidato. Neste caso, o candidato será acompanhado por fiscal da Procuradoria Geral do Estado, para o qual deverá ditar os textos, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação,
- 10) O candidato que não comparecer ao local das provas, na data e horário designados para seu início e portando documento de identidade original com foto, dentre os declarados no ato de inscrição, será automaticamente eliminado do processo seletivo.
- 11) A folha de respostas da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato. **Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à redação dos textos definitivos acarretará a anulação da Prova Discursiva do candidato que tenha incorrido na violação a essa norma.**
- 12) A folha de respostas para transcrição dos textos definitivos será o único documento válido para avaliação da Prova Discursiva e não será substituída por erro de preenchimento do candidato.
- 13) O candidato somente poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES na última meia hora antes do final da prova.
- 14) Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *iPod®*, gravadores, *pendrive*, *mp3 player* ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, *notebook*, *palmtop*, *Walkman®*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.; d) qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.), que não seja fabricado com material transparente.
- 15) Não será permitida a entrada ou permanência de candidatos no local da realização das provas, portando armas.
- 16) Será excluído do Processo Seletivo, por ato do Presidente da Banca, o candidato que, durante a realização da prova:
 - I - for surpreendido em comunicação verbal, escrita ou por qualquer outra forma, com outro candidato ou pessoa estranha;
 - II - utilizar-se de anotações, livros ou impressos;
 - III - utilizar-se de sinais ou de quaisquer outros meios que quebrem o sigilo da prova ou possibilitem sua identificação;
 - IV - utilizar-se de qualquer meio de comunicação externo;
 - V - usar corretivo de qualquer espécie, inclusive borracha, fita ou tinta;



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

- VI -deixar de entregar o caderno de respostas da prova discursiva;
 - VII - comportar-se de modo a perturbar a ordem dos trabalhos ou a realizaçãodas provas pelos demais candidatos;
 - VIII - faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou da organização do exame, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
 - IX - retirar-se do recinto das provas sem a devida autorização ou acompanhamento de fiscal;
 - X - não observar quaisquer das demais normas do edital.
- 17) Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no recinto até que o último candidato termine sua prova, a fim de que todos assinem a ata para atestar a idoneidade da finalização da prova.

ATENÇÃO!!:

- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato na folha de resposta;
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (nem mesmo à Constituição Federal), doutrina, impressos ou anotações;
- Não é permitida a retirada de nenhuma folha integrante deste caderno de prova;
- A prova tem duração de 5 horas e meia.
- A divulgação do gabarito e do resultado será feita por meio do sítio eletrônico www.pge.am.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO:

Nome completo:

Documento de Identidade:



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

PROVA OBJETIVA:

1. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para:

- A) os maiores de setenta anos, apenas.
- B) os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito e os analfabetos, apenas.
- C) os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito, os analfabetos e os reconhecidamente pobres, na forma da lei, apenas.
- D) os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito, os estrangeiros e os analfabetos, apenas.
- E) os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito, apenas.

2. Consoante o texto constitucional, no que tange às competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa CORRETA:

- A) compete privativamente à união legislar sobre águas e energia.
- B) compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre populações indígenas.
- C) compete privativamente à união legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- D) tratando-se de competência legislativa privativa da união e inexistindo lei federal, os estados

poderão exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

E) compete privativamente à união legislar sobre direito financeiro e econômico.

3. Sobre a intervenção, julgue os itens seguintes:

I) a União poderá intervir nos Estados para reorganizar as finanças da unidade da Federação que deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição Federal, dentro dos prazos estabelecidos em lei.

II) a União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para prover a execução de decisão judicial, condicionada à requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;

III) a União poderá intervir nos Estados, mas estes não poderão intervir nos Municípios.

- A) I, II e III são verdadeiras.
- B) Somente I e II são verdadeiras.
- C) Somente II e III são verdadeiras.
- D) Somente a II é verdadeira.
- E) Somente a III é verdadeira.

4. Acerca da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), assinale a alternativa CORRETA:

A) diante de um mesmo fato, pode ser criada CPI na Câmara dos Deputados, no Senado Federal ou mesmo em conjunto (comissão parlamentar mista de inquérito), entretanto, até que os trabalhos sejam concluídos na (s) CPI (s), o Ministério Público não poderá propor denúncia sobre o mesmo fato.



VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

B) a CPI é comissão temporária, criada por prazo certo e não pode ser prorrogada.

C) consoante o STF, a CPI pode, por decisão própria devidamente fundamentada, isto é, sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, determinar a quebra do sigilo fiscal, a quebra do sigilo bancário e a quebra de sigilo de dados, salvo, neste último caso, a quebra do sigilo da comunicação telefônica (interceptação telefônica), porque submetida à reserva constitucional de jurisdição.

D) a CPI tem competência para determinar diligência de busca domiciliar, quando presentes fortes indícios da prática de crime contra a Administração Pública e contra a ordem tributária.

E) o convocado a depor na CPI, na condição de investigado, não tem o direito da não autoincriminação, tendo em vista que a CPI não realiza julgamentos sujeitos à formação da coisa julgada.

5. Acerca do controle de constitucionalidade e com base na jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA:

A) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, embora possua legitimidade para propor ações diretas de controle de constitucionalidade, deve comprovar a pertinência temática; no seu caso, que objetiva a defesa da democracia, do Estado de Direito ou de interesses profissionais dos advogados.

B) a cláusula de reserva de plenário não impede que os juízes, em primeiro grau de jurisdição, declarem, na

sentença, incidentalmente, a inconstitucionalidade de leis ou outros atos normativos contrários à Constituição.

C) o Estado não possui legitimidade recursal para interpor recurso em sede de controle de constitucionalidade abstrato, ainda que a ação direta de inconstitucionalidade tenha sido ajuizada pelo respectivo Governador perante o tribunal de justiça local.

D) em razão do princípio da indisponibilidade, não se admite a desistência da ação direta de inconstitucionalidade após o seu ajuizamento, nem mesmo quanto ao pedido de liminar.

E) de acordo com a Constituição Federal, quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

6. No que diz respeito a direitos fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

A) nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

B) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

C) não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as



VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

praças prestadoras de serviço militar inicial.

D) é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

E) é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

7. Lei complementar disporá sobre:

- A) crimes contra a ordem tributária.
- B) plano plurianual.
- C) regulamentação das limitações constitucionais ao poder de tributar.
- D) repercussão geral no recurso extraordinário.
- E) contribuições de intervenção do domínio econômico.

8. Considerando os entendimentos mais recentes do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) é inconstitucional lei estadual que vede a inscrição em cadastro de proteção ao crédito de usuário inadimplente dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- B) é inconstitucional norma de Constituição estadual que preveja quórum diverso de 3/5 dos membros do Poder Legislativo para aprovação de emendas constitucionais.

C) é inconstitucional norma estadual que assegure a independência funcional aos delegados de polícia, bem como que atribua à polícia civil o caráter de função essencial ao exercício da jurisdição e à defesa da ordem jurídica.

D) a Defensoria Pública detém a prerrogativa de requisitar, de quaisquer autoridades públicas e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à sua atuação.

E) a concessão de porte de arma a procuradores estaduais, por lei estadual, é compatível com a Constituição Federal.

9. De acordo com os mais recentes entendimentos do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA:

A) é inconstitucional lei estadual que concede aos professores das redes públicas estadual e municipais de ensino o benefício da meia-entrada nos estabelecimentos de lazer e entretenimento.

B) sociedade de economia mista estadual prestadora exclusiva do serviço público de abastecimento de água potável e coleta e tratamento de esgotos sanitários não faz jus à imunidade tributária recíproca sobre impostos federais incidentes sobre patrimônio, renda e serviços.

C) são constitucionais as normas que, a pretexto de reestruturarem órgãos ambientais, afastam a participação da sociedade civil e dos governadores do desenvolvimento e da formulação de



VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

políticas públicas, bem como reduzem, por via de consequência, o controle e a vigilância por eles promovidos.

D) é inconstitucional norma estadual que restabeleça, no âmbito do Poder Judiciário local, cargos de Advogado da Justiça Militar vocacionados a patrocinar a defesa gratuita de praças da Polícia Militar.

E) é compatível com a Constituição Federal o reconhecimento de direitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável.

10. Em consonância com os entendimentos mais recentes do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

A) não se admite controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da lei orgânica respectiva.

B) é constitucional a legislação estadual que, flexibilizando exigência legal para o desenvolvimento de atividade potencialmente poluidora, cria modalidade mais simplificada de licenciamento ambiental.

C) os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição.

D) é inconstitucional norma de constituição estadual que estende o foro por prerrogativa de função a autoridades não contempladas pela Constituição Federal de forma expressa ou por simetria.

E) os Estados não têm legitimidade ativa para a execução de multas aplicadas, por Tribunais de Contas estaduais, em face de agentes públicos municipais, que, por seus atos, tenham causado prejuízos a municípios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Com enfoque no interesse público, é possível que determinado ato administrativo, ainda que acometido de vício sanável, seja aproveitado com a devida correção da irregularidade. A doutrina nomeia tal instituto de:

A) extirpação, desde que o ato seja mantido em sua essência.

B) revogação, desde que o ato seja vinculado e o vício diga respeito ao elemento objeto.

C) convalidação, desde que o elemento viciado seja relativo à competência ou à forma.

D) anulação, desde que se trate de ato discricionário e o vício seja em razão do motivo.

E) ratificação, sendo possível apenas em atos discricionários.

12. Consoante doutrina administrativista, o Poder de Polícia é formado por ciclos: ordem, consentimento, fiscalização e sanção. Dentre estas atividades, segundo a doutrina, quais não delegáveis:

A) ordem e sanção

B) fiscalização e sanção

C) consentimento e sanção

D) ordem e consentimento

E) consentimento e fiscalização



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

13. Acerca dos princípios que regem o Direito Administrativo brasileiro, assinale a assertiva INCORRETA:

A) o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, não prescrito expressamente em nossa Constituição Federal, garante um status especial ao Estado perante os interesses privados com a finalidade de alcançar o interesse comum.

B) o princípio da indisponibilidade do interesse público inspira a previsão dos limites ao administrador público na gestão da coisa pública, ficando este impedido de abrir mão do interesse público de forma arbitrária.

C) o princípio da legalidade está abarcado na concepção de Democracia Republicana, o que significa a supremacia da lei e da Constituição Federal no manuseio da máquina pública, de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento de validade e seus limites.

D) também definido como princípio da finalidade, o princípio da moralidade, expressamente previsto na Constituição Federal, reflete a necessidade de uma atuação do gestor que não discrimina pessoas, tanto para prejudicar como para beneficiar.

E) incluído pela Emenda Constitucional, o princípio da eficiência traz a obrigação constitucional de o gestor prezar por uma administração que alcance mais resultados com menor gasto de verba pública possível.

14. Sobre organização administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

A) a sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito público, cuja finalidade é unicamente a exploração de atividade econômica em regime de exclusividade.

B) a desconcentração administrativa é o processo pelo qual se distribui as competências por meio da criação de uma nova pessoa jurídica de direito público ou privado.

C) as agências reguladoras são pessoas jurídicas de direito privado criadas por lei com a finalidade de regular e fiscalizar determinado setor econômico nacional, gozando de autonomia técnica para estabelecer os regulamentos.

D) as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público que possuem capital majoritariamente público e desempenham atividade econômica ou serviços públicos não exclusivos do Estado.

E) as autarquias são fruto de um processo de descentralização administrativa e consistem em pessoas jurídicas de direito público que possuem capacidade de autoadministração e executam serviços públicos próprios do Estado.

15. A respeito de Poderes Administrativos, assinale a opção CORRETA:

A) O poder normativo ou regulamentar atribuído à Administração Pública confere a possibilidade de edição de atos normativos secundários que buscam a fiel execução das leis.

B) O poder de polícia consiste na atividade estatal exercida apenas pela



VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Polícia Judiciária com o objetivo de impor ordem e controle.

C) As atividades consistentes no Poder Disciplinar visam apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, não sendo necessário o respeito ao contraditório e à ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

D) A organização em forma hierárquica é característica exclusiva do Poder Executivo, havendo, desta feita, somente nesse âmbito, a incidência do poder hierárquico.

E) O poder disciplinar é vinculado. Assim, a Administração possui liberdade de escolha entre punir ou não determinado servidor quando se tiver ciência de uma conduta faltosa, não configurando como crime a falta de apuração e punição desta conduta.

16. Consoante disposto expressamente na Nova Lei de Licitações - Lei n. 14.133/2021 -, este diploma normativo não é aplicável a:

A) alienação e concessão de direito real de uso de bens.

B) compra, inclusive por encomenda.

C) locação.

D) operações de crédito interno.

E) contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

17. Sobre modalidades de licitação, segundo a Nova Lei de Licitações- Lei n. 14.133/2021 assinale a opção CORRETA:

A) sistema de Registro de Preço é uma das novas modalidades de licitação instituídas pela Nova Lei de Licitações, na qual se propõe o registro

formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

B) pregão é uma modalidade de licitação prevista pela Nova Lei de Licitações, cujo objetivo é a contratação de bens e serviços comuns, sendo que o critério de seleção das propostas é apenas o de menor preço.

C) diálogo competitivo é modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios subjetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

D) leilão é a modalidade de licitação para alienação apenas de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

E) concurso é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

18. Josivaldo, servidor comissionado da Secretaria de Estado de Educação, a serviço do Estado do Amazonas, dirigindo o carro da sua repartição, perdeu o controle e colidiu com dois outros carros. Feito a perícia, constatou-se culpa de Josivaldo pelo acidente



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

ocorrido. Analisando a situação acima, assinale a alternativa CORRETA:

A) no caso em liça, não há responsabilidade do Estado do Amazonas em relação ao acidente ocorrido, haja vista que fora ocasionado por um servidor comissionado, que não possui vínculo efetivo com este Ente federado.

B) Pode-se dizer que não há responsabilidade do Estado no acidente, pois a culpa fora constada pela perícia, sendo esta exclusiva de Anacleto.

C) há responsabilidade do Estado do Amazonas pelo acidente ocasionado, aplicando-se aqui a teoria da responsabilidade integral, no entanto, não será possível o exercício do direito de regresso em face de Josivaldo, uma vez que o mesmo não é servidor efetivo.

D) o Estado do Amazonas deverá ser responsabilizado, uma vez que é garantidor universal de qualquer acidente que ocorra em vias de sua fiscalização.

E) o Estado do Amazonas será responsabilizado, aplicando-se aqui a teoria do Risco Administrativo, devendo este Ente arcar com o prejuízo do acidente, sendo possível exercer o direito de regresso em face de Josivaldo, em virtude de se ter constatado sua culpa pelo acidente ocasionado.

19. No que tange ao regime de servidores públicos e suas peculiaridades, assinale a alternativa INCORRETA:

A) a nomeação é a única forma de provimento originário do servidor

público efetivo no ordenamento jurídico brasileiro, sendo imprescindível a prévia aprovação em concurso público, conforme determina a Constituição Federal.

B) recondução é o retorno do servidor público estável ao cargo que ocupava anteriormente em razão da invalidação de seu processo de demissão.

C) é inconstitucional toda a modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

D) em regra, a Constituição veda a acumulação de cargos públicos, excepcionando-se a acumulação de dois cargos de professor, a de um cargo de professor com outro de técnico ou científico e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.

E) não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

20. Sobre intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa CORRETA:

A) limitação administrativa é uma restrição de caráter individual destinada a atingir bens que se enquadram nas condições estabelecidas na norma limitadora;

B) via de regra, a limitação administrativa não gera direito à indenização ao proprietário que sofreu a limitação;



VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

C) o tombamento é uma medida interventiva de caráter ordinariamente supressivo cuja finalidade é preservar o patrimônio histórico, cultural e ambiental da sociedade sendo efetivado mediante procedimento administrativo específico;

D) requisição administrativa é uma modalidade de intervenção do Estado pela qual o ente se apodera do bem privado de forma temporária, mediante prévia indenização, para solucionar situações de iminente perigo;

E) a requisição administrativa somente pode ser utilizada pela União, não sendo um poder conferido a Estados e Municípios.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Analise o seguinte caso hipotético:

A pessoa jurídica A ajuizou ação de cobrança em face do Estado do Amazonas, com vistas a receber quantia certa, sob o fundamento jurídico de que cumpriu a prestação que lhe cabia em contrato firmado com o Estado, entretantes, este quedou-se inadimplente. A sentença fora pela procedência, condenando à Fazenda Pública em obrigação de pagar quantia certa superior ao teto das obrigações de pequeno valor. Após os julgamentos em instâncias superiores, que mantiveram a sentença de primeiro grau, fora certificado o trânsito em julgado. O pedido de cumprimento de sentença foi formulado e o Estado fora intimado para proceder ao pagamento da quantia devida.

Diante do exposto, qual das seguintes situações se demonstra assertiva em sede do procedimento em questão?

A) o Estado poderá cumprir a obrigação de pagar a quantia certa de forma imediata, principalmente visando à não aplicação de ônus de execução advindos da mora;

B) o Estado não poderá optar pelo benefício da moratória legal, ou seja, o método de pagamento que consiste no devedor depositar trinta por cento do débito, incluindo as custas processuais e os honorários de advogado, sendo o restante pago em seis parcelas, acrescidas de correção monetária e juros de um por cento ao mês;

C) no caso de não pagamento voluntário por parte do Estado, deverá ser-lhe aplicado multa de dez por cento;

D) caso a impugnação ao cumprimento de sentença oferecida pelo Estado, tenha como único fundamento o excesso de execução e não seja instruída com memória de cálculos demonstradora do valor que entende devido, não poderá ser a manifestação liminarmente rejeitada, à luz do princípio da supremacia do interesse público;

E) com substrato na prerrogativa do prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, o Estado terá o prazo de trinta dias úteis para o cumprimento da obrigação, sendo que, findado tal prazo, inicia-se o prazo de mais trinta dias úteis para o oferecimento da impugnação ao cumprimento de sentença.

22. Segundo a dicção legal do CPC/2015, o valor da causa constará



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

da petição inicial ou da reconvenção e será, na ação

- A) em que há cumulação de pedidos, o valor do pedido principal;
- B) na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a rescisão ou a rescisão de ato jurídico, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação;
- C) em que os pedidos são alternativos, o de maior valor;
- D) em que houver pedido subsidiário, a quantia correspondente à soma dos valores principal e subsidiário;
- E) na ação de cobrança de dívida, apenas o valor do principal ou o de sua parte controvertida.

23. Em razão de erros médicos perpetrados em hospital administrado pelo Estado do Amazonas, José sofreu danos consistentes em deformidade permanente e redução de mobilidade, razão pela qual aforou ação de responsabilidade civil em face da aludida entidade federada. Tendo como referência a situação hipotética e os preceptivos do CPC/2015, julgue as alternativas abaixo:

- A) se o advogado de José falecer durante o curso do processo e João descumprir a determinação judicial de constituição de novo mandatário no prazo de quinze dias, o juiz suspenderá o processo pelo prazo de seis meses;
- B) o juiz não poderá alterar a ordem de produção dos meios de prova, ainda que isso se mostre adequado às

necessidades do conflito, pois tal ato importaria prejuízo presumido à demanda;

- C) a citação do estado deverá ser realizada perante o Governador do Estado do Amazonas;
- D) o Estado possui prazo de trinta dias para apresentar todas as manifestações processuais;
- E) o foro competente para o ajuizamento da referida ação poderá ser o do domicílio de José.

24. De acordo com o CPC/2015, é lícito ao autor apresentar pedido de desistência da ação até

- A) o saneamento do processo;
- B) a sentença;
- C) a audiência de conciliação;
- D) o oferecimento da contestação;
- E) a audiência de instrução, se houver.

25. A respeito das provas, dispõe o CPC/2015:

- A) não se admite distribuição convencional do ônus probatório;
- B) os livros comerciais não fazem prova em favor do seu autor;
- C) o depoimento pessoal não pode ser determinado de ofício pelo juiz;
- D) a confissão judicial prejudica os litisconsortes;
- E) a segunda perícia, caso realizada, não substitui a primeira.

26. Analise a seguinte situação hipotética:

Maria, servidora pública estatutária da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas – SEDUC/AM, ajuizou ação de responsabilidade civil



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

contra a Fazenda Pública, pedindo reparação por danos morais em razão de ilegalidades perpetradas durante o processo administrativo disciplinar que tramitou contra ela.

Como não tinha posse dos autos de processo administrativo, requereu ao Juízo a expedição de ofício à SEDUC/AM, para que o órgão fizesse juntar os aludidos autos.

O juiz negou o pedido, por entender inadequada forma de se pleitear a exibição de documento, sem a instauração do incidente processual denominado “exibição de documento ou coisa”.

Diante do exposto, qual a medida cabível?

- A) mandado de segurança;
- B) correção parcial;
- C) agravo de instrumento;
- D) agravo retido;
- E) apelação.

27. De acordo com o art. 344, CPC/2015, se o réu não contestar a ação, será considerado revel e, por consequência, serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Tal efeito incidirá

- A) em uma ação com pedido de declaração da paternidade em que o réu deixou de contestar;
- B) se houver verossimilhança nas alegações autorais e não estiver em contradição com nenhuma prova produzida nos autos;
- C) ainda que algum corréu tenha contestado o pedido do autor, diante do princípio da autonomia dos litisconsortes;

D) salvo exceções legais, inviabilizando a atividade probatória do réu revel;

E) mesmo se o réu for citado por edital e houver apresentação de contestação por negativa geral pelo defensor público, por ausência de impugnação específica dos fatos.

28. A ação rescisória é cabível em face de decisão transitada em julgado

A) de mérito, abrangendo todos os capítulos decisórios, pois não é possível impugnar somente um dos capítulos;

B) de mérito, proferida por juiz suspeito;

C) que, embora não seja de mérito, impeça o ajuizamento de nova demanda;

D) de mérito, que violar manifestamente norma jurídica de direito material, não sendo permitido o seu ajuizamento em caso de suposta violação de norma jurídica de direito processual;

E) de atos homologatórios praticados no curso da execução.

29. Acerca da tutela de evidência, ela poderá ser concedida quando

A) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo;

B) ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório da parte e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo;

C) houver, independentemente da matéria de fato, enunciado de súmula



VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
D) a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, independentemente do conteúdo da manifestação do réu;
E) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.

30. No Direito Processual Civil brasileiro, a prova emprestada

A) somente pode ser admitida pelo juiz em relação a provas produzidas anteriormente em outros feitos em que figurem partes idênticas àquelas envolvidas na demanda na qual se pretende emprestar a prova;
B) é admitida, desde que lhe seja atribuído o mesmo valor probatório do processo originário;
C) permite utilizar da prova produzida em outro feito, em observância da economia processual e da eficiência na prestação jurisdicional, desde que observado o contraditório;
D) é permitida apenas em situações de impossibilidade de repetição da prova produzida anteriormente em outro feito;
E) é vedada, uma vez que a utilização de prova produzida em outro feito ofende o princípio da imediatidade e a garantia constitucional do juiz natural.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Acerca da legislação em matéria tributária, assinale a opção CORRETA.

A) em casos excepcionais a interpretação por analogia pode ensejar a exigência de tributo não previsto em lei;
B) de acordo com o Código Tributário Nacional – CTN, a expressão “legislação tributária” não abrange o Decreto Governamental que ratifica Convênio CONFAZ, limitando-se aos decretos regulamentares expedidos para pormenorizar a lei tributária em sentido estrito;
C) a lei meramente interpretativa retroage em qualquer circunstância, desde que o ato não tenha sido definitivamente julgado;
D) a lei que outorga isenção não pode ser objeto de interpretação extensiva.
E) decreto do Chefe do Executivo Estadual pode definir o substituto tributário do ICMS desde que o substituto possua relação direta com o fato gerador do tributo.

32. A respeito da exigibilidade do crédito tributário, marque a opção CORRETA.

A) deferida a moratória, o contribuinte fica desobrigado do cumprimento das obrigações acessórias enquanto perdurar os efeitos da suspensão da obrigação principal.
B) a garantia integral do crédito tributário mediante a oferta de seguro-garantia gera, ao contribuinte, direito subjetivo à suspensão do crédito.
C) os requisitos para suspensão do crédito tributário são os mesmos para a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
D) ainda que não haja oferta de garantia em juízo, a concessão de tutela provisória em mandado de



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário.

E) o parcelamento só tem aptidão para suspender o crédito tributário de precedido de oferta de garantia idônea.

33. A Empresa ZWY foi atuada pela Secretaria de Fazenda do Amazonas – SEFAZ/AM pelo não recolhimento do ICMS incidente sobre determinada operação mercantil. Segundo apurou a SEFAZ/AM, o contribuinte se valeu de condutas ilícitas para perpetrar fraude fiscal, suprimindo o recolhimento do tributo, o que gerou aplicação de multa de 100% do valor do tributo. O auto de infração não foi impugnado e, na data do vencimento não houve o pagamento do respectivo Documento de Arrecadação. O débito foi inscrito em dívida ativa com acréscimo de multa de 20% pela mora no recolhimento. Diante da situação hipotética acima descrita e com base na Constituição Federal e no entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, marque a opção CORRETA.

A) é ilegítima, no âmbito tributário, a aplicação cumulativa de multa punitiva e moratória.

B) a multa punitiva aplicada em 100% configura efeito confiscatório, sendo vedada pela Constituição Federal (art. 150, IV, CF/88).

C) é legítima a aplicação cumulativa das multas nos percentuais indicados na situação hipotética.

D) o Supremo Tribunal Federal considera que a vedação ao efeito confiscatório (art. 150, IV, CF/88) se aplica apenas ao tributo, não incidindo quanto à multa.

E) nenhuma das alternativas anteriores.

34. Em relação à concessão de isenção do ICMS, marque a opção CORRETA.

A) nos termos da Constituição Federal, a regulação do procedimento de deliberação dos Estados e do Distrito Federal ficou a cargo de lei ordinária.

B) uma vez aprovada a autorização para concessão de isenção do ICMS no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, o benefício só pode ser instituído por Decreto do Governador do respectivo Estado.

C) os benefícios fiscais concedidos sem a observância da deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ são, em geral, ilegítimos. Todavia, o Supremo Tribunal Federal, salvaguardando o princípio da segurança jurídica, assegurou a possibilidade de sua convalidação desde que observados os requisitos legais.

D) o Convênio CONFAZ que prevê isenção de ICMS para determinada operação gera direito subjetivo ao contribuinte que praticar a referida operação no âmbito de Estado signatário.

E) nenhuma das alternativas anteriores.

35. A respeito das limitações ao poder de tributar, marque a opção CORRETA.

A) é vedado aos Estados estabelecer diferença tributária entre bens em razão de sua procedência ou destino, admitindo-se o tratamento diferenciado destinado a promover o



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

equilíbrio entre regiões do próprio Estado.

B) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a imunidade recíproca (art. 150, VI, a, CF/88) alcança empresa estatal prestadora de serviço público essencial e que não distribua lucros a eventuais acionistas privados, nem ofereça risco ao equilíbrio concorrencial.

C) a Constituição Federal permite que União, em casos excepcionais, possa instituir isenção do ICMS de competência dos Estados.

D) viola a proibição ao confisco (art. 150, IV, CF/88) a norma infraconstitucional que faculta a suspensão de exigibilidade do crédito tributário mediante o depósito do montante.

E) nenhuma das alternativas anteriores.

36. Sobre o fato gerador e o sujeito passivo tributário, marque a opção CORRETA.

A) é inconstitucional a presunção da ocorrência do fato gerador antes de sua materialização no campo fático.

B) a obrigação acessória prescinde da tipificação do respectivo fato gerador.

C) a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.

D) a lei pode atribuir a terceiro a condição de responsável tributário, ainda que este não tenha relação alguma com o fato gerador.

E) o menor impúbere não pode ser sujeito passivo da obrigação tributária

dada a sua incapacidade absoluta para figurar nessa relação.

37. Acerca da prescrição no Direito Tributário, assinale a opção CORRETA.

A) a prescrição em desfavor da Fazenda Pública, em caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, se inicia no primeiro dia do exercício subsequente àquele em que ocorreu o fato gerador.

B) numa Execução Fiscal ajuizada em janeiro/2011, o primeiro marco interruptivo da prescrição intercorrente é a citação válida do devedor.

C) a efetiva constrição patrimonial, ainda que parcial, é circunstância apta a interromper o curso da prescrição intercorrente.

D) o lustro da prescrição intercorrente só se inicia após a intimação da Fazenda Pública acerca do escoamento do prazo de suspensão do processo.

E) nenhuma das opções anteriores.

38. Em relação à responsabilidade tributária, assinale a opção CORRETA.

A) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a certidão do oficial de justiça dando conta de que a empresa não mais funciona no endereço informado ao fisco é fato suficiente para justificar a responsabilização do sócio-gerente da empresa devedora de tributo estadual.

B) a denúncia espontânea do contribuinte afasta sua responsabilidade pelas infrações e o exime do pagamento de juros de mora.

C) segundo o Superior Tribunal de Justiça, admite-se o uso da Exceção



VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

de Pré-Executividade para afastar a responsabilidade do sócio-gerente incluso na Certidão de Dívida Ativa - CDA.

D) para o Superior Tribunal de Justiça, o não pagamento do tributo dentro do prazo legal legitima a responsabilização pessoal do sócio-gerente pela obrigação tributária.

E) a pessoa jurídica, na qualidade de contribuinte principal, possui legitimidade para interpor Agravo de Instrumento da decisão que redirecionou a Execução Fiscal aos sócios.

39. Quanto à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção INCORRETA.

A) a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

B) a garantia parcial da execução não pode obstar a admissibilidade dos embargos do devedor.

C) a produção do efeito suspensivo da exigibilidade do crédito tributário, advindo do parcelamento, condiciona-se à homologação expressa ou tácita do pedido formulado pelo contribuinte junto ao Fisco.

D) é incabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.

E) a fiança bancária em valor 30% superior ao crédito tributário é equiparável ao depósito integral do débito exequendo para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

40. A respeito das limitações ao poder de tributar, marque a opção INCORRETA.

A) não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita ao ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal.

B) a irretroatividade da legislação tributária impede a aplicação a fatos geradores passados da nova lei que reduz o valor da multa.

C) a imunidade tributária dos templos religiosos (art. 150, VI, b, CF/88) pode ser afastada caso reste demonstrada a predestinação do bem.

D) a imunidade sobre os livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão (art. 150, VI, d, CF/88) abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.

E) a decisão judicial que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

41. Considere que José exerce suas atividades laborais em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, com classificação em grau médio, e Marcos desempenha trabalho em condições de periculosidade. Segundo as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Marcos e José, respectivamente, devem receber adicionais pelas condições que



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

desempenham seus trabalhos no percentual de:

- A) 10% e 20%.
- B) 20% e 30%.
- C) 25% e 40%.
- D) 30% e 20%
- E) 20% e 10%.

42. No que tange aos recursos no processo do trabalho, de acordo com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), fixada em sede repercussão geral, é incompatível com a Constituição Federal a exigência de depósito prévio como condição de admissibilidade do:

- A) recurso extraordinário.
- B) agravo de instrumento.
- c) recurso de revista.
- D) recurso ordinário.
- E) recurso em ação rescisória.

43. Em relação ao recurso de revista, segundo as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa INCORRETA:

- A) cabe recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
- B) o recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.

C) o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

D) o juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.

E) cabe também recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

44. Em relação ao direito a férias e da sua duração, segundo as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa INCORRETA:

- A) todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.
- B) desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
- C) é permitido o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

D) em regra, a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.

E) o empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

45. Quanto à prescrição trabalhista, segundo as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa INCORRETA:

A) a pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

B) tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é total, ainda que o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

C) a interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

D) ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos.

E) a declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.

LÍNGUA PORTUGUESA

46. Para responder à questão, analise os textos 1 e 2:

Texto 1

Felicidade!
Brilha no ar
Como uma estrela
Que não está lá
É uma viagem
Doce magia
E uma ilusão
Que a gente não escolhe
Mas que espera viver
Um dia...
Fábio Jr.

Texto 2



I. Pode-se dizer que no texto 1 temos linguagem conotativa, com figuras como comparação e metáfora; no texto 2, temos linguagem denotativa;

II. No trecho “E uma ilusão/ Que a gente não escolhe/ Mas que espera viver/ Um dia...”, temos destacados, respectivamente, conjunção integrante e conjunção adversativa;

III. Considerando o trecho “esse final pareceu meio



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

forçado”, temos o esse utilizado para retomar um termo, uma ideia já mencionada, ou seja, é um pronome anafórico;

IV. Podemos considerar que a ideia contida no texto 1 contradiz a ideia apresentada no quadro 1 do texto 2 quando diz: “e foram felizes para sempre”;

Marque a alternativa que analisa corretamente as assertivas acima:

- A) todas as alternativas estão corretas;
- B) todas as alternativas estão incorretas;
- C) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- D) apenas a alternativa I, III e IV estão corretas;
- E) apenas as alternativas I e III estão corretas;

47. Tome como base o texto abaixo:

Felicidade
Caetano Veloso

Felicidade foi-se embora
E a saudade no meu peito ainda mora
E é por isso que eu gosto lá de fora
Porque eu sei que a falsidade não vigora

A minha casa fica lá detrás do mundo
Onde eu vou num segundo quando começo a cantar
O pensamento parece uma coisa à toa
Mas como é que a gente voa quando começa a pensar

Felicidade foi-se embora
E a saudade no meu peito ainda mora

E é por isso que eu gosto lá de fora
Porque eu sei que a falsidade não vigora

Na minha casa tem um cavalo tordilho
Que é irmão do que é filho daquele que o Juca tem
E quando pego o meu pingo e encilho
Corro mais que limpa trilho e chego na frente do trem
Composição de Lupicínio Rodrigues

Considerando as orações abaixo e os trechos destacados, assinale a questão INCORRETA:

- A. porque eu sei que a falsidade não vigora– temos oração subordinada substantiva objetiva direta;
- B. mas como é que a gente voa quando começa a pensar– temos oração subordinada adverbial temporal;
- C. eu gosto lá de fora/ Porque eu sei que a falsidade não vigora– temos oração subordinada adverbial causal;
- D. felicidade foi-se embora/ E a saudade no meu peito ainda mora – temos oração coordenada aditiva;
- E. a minha casa fica lá detrás do mundo/ Onde eu vou num segundo– temos uma oração subordinada adjetiva restritiva.

48. Leia o texto para responder ao que se pede:

A minha felicidade não é a sua
Martha Medeiros

No mais recente livro de Carlos Moraes, o ótimo 'Agora Deus vai te pegar lá fora', há um trecho em que



VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

uma mulher ouve a seguinte pergunta de um major: "Por que você não é feliz como todo mundo?". A que ela responde mais ou menos assim: "Como o senhor ousa dizer que não sou feliz? O que o senhor sabe do que eu digo para o meu marido depois do amor? E do que eu sinto quando ouço Vivaldi? E do que eu rio com meu filho? E por que mundos viajo quando leio Murilo Mendes? A sua felicidade, que eu respeito, não é minha, major".

E assim é. Temos a pretensão de decretar quem é feliz ou infeliz de acordo com nossa ótica particular, como se felicidade fosse algo que pudesse ser visualizado. Somos apresentados a alguém com olheiras profundas e imediatamente passamos a lamentar suas prováveis noites insones causadas por problemas tortuosos. Ou alguém faz uma queixa infantil da esposa e rapidamente decretamos que é um fracassado no amor, que seu casamento deve ser um inferno, pobre sujeito. É nessas horas que junto as pontas dos cinco dedos da mão e sacudo-a no ar, feito uma italiana indignada: mas que sabemos nós da vida dos outros, catzo?

Nossos momentos felizes se dão, quase todos, na intimidade, quando ninguém está nos vendo. O barulho da chave da porta, de madrugada, trazendo um adolescente de volta pra casa. O cálice de vinho oferecido por uma amiga com quem acabamos de fazer as pazes. Sentar no cinema, sozinha, para assistir ao filme tão esperado. Depois de anos com o coração em marcha lenta, rever um ex-amor e descobrir que ainda é capaz de sentir palpitações. Os acordos secretos que temos com filhos, netos,

amigos. A emoção provocada por uma frase de um livro. A felicidade de uma cura. E a infelicidade aceita como parte do jogo - ninguém é tão feliz quanto aquele que lida bem com suas precariedades.

[...]

A sua felicidade não é a minha, e a minha não é a de ninguém. Não se sabe nunca o que emociona intimamente uma pessoa, a que ela recorre para conquistar serenidade, em quais pensamentos se ampara quando quer descansar do mundo, o quanto de energia coloca no que faz, e no que ela é capaz de desfazer para manter-se sã. Toda felicidade é construída por emoções secretas. Podem até comentar sobre nós, mas nos capturar, só se permitirmos.

Analise as assertivas a seguir:

- I. considerando a função sintática do se, pode-se analisar os trechos destacados (4º. Parágrafo) da seguinte forma: Não se sabe—partícula apassivadora; para manter-se sã—pronome reflexivo, com função de objeto direto; só se permitirmos—conjunção subordinativa condicional;
- II. no trecho: "junto as pontas dos cinco dedos da mão e sacudo-a no ar", (2º parágrafo) temos uma ênclise justificada por ser oração coordenada ligada pela conjunção "e"; no trecho: "Não se sabe nunca o que emociona intimamente uma pessoa" (4º parágrafo), temos uma próclise justificada pelo adjunto adverbial de negação - não;



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

- III. considerando os verbos destacados no fragmento a seguir (1º parágrafo): “há um trecho em que uma mulher **ouve** a seguinte pergunta de um major: ‘Por que você não **é** feliz como todo mundo?’”. A que ela **responde** mais ou menos assim”, pode-se dizer que são, respectivamente: verbo transitivo direto, verbo de ligação e verbo transitivo indireto;
- IV. sobre a regência do verbo destacado: “Sentar no cinema, sozinha, para **assistir** ao filme tão esperado”, pode-se dizer que estabelece regência com a preposição a, atuando como um verbo transitivo indireto, pois indica o ato de ver e estar presente, sendo sinônimo de presenciar, ver, observar, testemunhar; se fosse para indicar o ato de acompanhar como assessor, sendo sinônimo de acompanhar, assessorar, seria sem a preposição, pois seria um verbo transitivo direto.
- V. as palavras “ótica, alguém, provável, nós” (2º parágrafo) são acentuadas obedecendo, respectivamente, às seguintes regras: palavra proparoxítona, palavra oxítona terminada em **em**, palavra paroxítona terminada em I, monossílabo tônico. Nenhuma delas sofreu alteração no último acordo ortográfico.

Considerando as assertivas acima, marque a alternativa CORRETA em relação à análise delas:

- A. V – V – V – V – V;
B. F – V – V – V – V;
C. V – F – V – V – F;
D. V – V – V – F – V;
E. V – V – F – V – V;

49. Leia o texto e tome-o como base para responder ao que se pede:

Curva da Felicidade. Em que idade somos mais felizes?

2 de março de 2020 -

<https://longevidade.com.br/curva-da-felicidade-em-que-idade-somos-mais-felizes/>

Como é bom saber que depois dos 50 anos a felicidade aumenta e persiste!

Quem garante é o economista David Blanchflower, professor da universidade DartmouthCollege, nos EUA, e ex-membro do Comitê de Política Monetária do Banco da Inglaterra.

Responsável por uma ampla pesquisa realizada em 134 países, inclusive o Brasil, Blanchflower diz que existe sim a “curva da felicidade”. Esse estudo foi publicado recentemente pelo Escritório Nacional de Pesquisa Econômica dos EUA.

A pesquisa aponta que a felicidade é mais presente na altura dos 20 anos, quando tudo é novidade. Com as preocupações da vida adulta e as frustrações que sempre acontecem, a felicidade fica reduzida por volta dos 40/48 anos. Mas é muito bom saber que depois disso, na chegada aos 50 +



VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

a felicidade é maior e mais completa. E no Brasil, segundo a pesquisa, a felicidade chega mais cedo, por volta dos 40 anos, abaixo da média mundial.

Depois de entrevistar especialistas na área de diferentes disciplinas, o autor detectou que nosso cérebro passa por mudanças à medida que a idade aumenta. É quando as ambições diminuem e aumenta a necessidade de conexões pessoais.

A curva da felicidade é um padrão médio, não é uma regra. A pesquisa foi ampla e séria, mas o resultado não é uma camisa de força. Idade não é condenação! É que individualmente cada um de nós é o principal responsável pela nossa felicidade. E a qualquer momento as coisas podem melhorar.

Vale destacar também que as pessoas mais otimistas vivem mais.

Analise as assertivas abaixo:

- I. considerando os vocábulos quanto à sinonímia (3º parágrafo), está correto considerar: preocupações – inquietações; frustrações – decepções; completa – integral; quanto à antonímia do vocábulo felicidade, muitas opções podem ser válidas, como: infelicidade, infortúnio, desventura, tribulação;
- II. o acento grave indicador de crase no trecho: “o autor detectou que nosso cérebro passa por mudanças à medida que a idade aumenta” está correto, pois - à medida que - é a forma correta para a locução conjuntiva proporcional (assim

com crase), quando se quer dar o sentido de à proporção que;

- III. o trecho: “Esse estudo foi publicado recentemente pelo Escritório Nacional de Pesquisa Econômica dos EUA” (2º parágrafo) apresenta o pronome demonstrativo – esse – utilizado para fazer referência a algo que já foi citado anteriormente, no caso “ampla pesquisa”; estaria incorreto utilizar o demonstrativo - este - porque ele faz referência a algo sobre o qual ainda se vai falar, como em: são estes os caminhos da felicidade: amor, amizade, dinheiro;

- IV. ao realizar a análise morfosintática do – que – nos trechos a seguir (3º parágrafo): “A pesquisa aponta que a felicidade”; “e as frustrações que sempre acontecem”, pode-se afirmar que são, respectivamente: conjunção integrante, sem função sintática; pronome relativo – função sintática de sujeito;

- V. de acordo com o texto, as pessoas são mais felizes depois do 50 se forem otimistas.

Marque a alternativa que analisa corretamente as assertivas:

- A. todas as alternativas estão corretas;
- B. apenas as alternativas I e IV estão incorretas;
- C. apenas a alternativa III está incorreta;
- D. apenas a alternativa V está incorreta;



VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

E. apenas as alternativas II e IV estão incorretas;

50. A respeito da concordância nominal e verbal, assinale a alternativa em que ocorra, ao menos, uma inadequação quanto à gramática normativa:

- A. o vaqueiro e a moça **apaixonados** fugiram naquela tarde ou o vaqueiro e a moça **apaixonada** fugiram naquela tarde; conheci os **líderes** africano e americano que lutavam contra o preconceito racial ou conheci o **líder** africano e o americano que lutavam contra o preconceito racial;
- B. o ódio e o amor pareciam **idênticos**; a pulseira e o anel eram **dourados**; são **italianos** a revista e o jornal ou é **italiana** a revista e o jornal;
- C. **é proibido** entrada de pessoas estranhas; **é proibida** a entrada de pessoas estranhas; - muito **obrigado** – disse ele; estamos **quites** com nossas obrigações; fizeram **bastantes** perguntas sobre o assunto;
- D. o cidadão brasileiro, o eleitor **espera** leis sociais mais justas; papel, caneta, lápis, borracha, tudo **era** instrumento de trabalho do escritor; eu, tu e ele **faremos** a proposta ao professor; tu e ele **fareis** o trabalho; Minas Gerais não **possui** mar; as Minas Gerais não **possuem** mar;
- E. **analisaram-se** os planos da reforma agrária; **assistem-se** a

belos espetáculos no carnaval carioca; quais de vós **são ou sois** humildes?; **havia** três anos que ela se mudara para a França;

PROVA DISCURSIVA

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

Sobre o controle de constitucionalidade concentrado-abstrato no âmbito dos tribunais de justiça local, responda, justificadamente:

1) cabe recurso extraordinário (RE) contra o acórdão final que julga a ADI estadual? Se sim, em qual hipótese? Quais os efeitos da decisão do STF proferida no julgamento do RE, neste caso?

2) na hipótese de ajuizamento concomitante de ADI no Tribunal de Justiça (TJ) e de ADI no STF contra o mesmo ato normativo estadual, quais os efeitos de uma ação sobre a tramitação da outra?

2. DIREITO ADMINISTRATIVO

Acerca de intervenção do Estado na propriedade privada, diferencie desapropriação direta e desapropriação indireta, trazendo conceito e características dos institutos citados.

3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Discorra sobre o incidente processual da Suspensão de Segurança (também conhecido como Suspensão de



VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Liminar, Suspensão de Tutela Antecipada etc...), abordando:

1. **competência para processamento e julgamento;**
2. **legitimidade ativa;**
3. **hipóteses de cabimento;**
4. **possibilidade de sua utilização conjuntamente com a interposição de um recurso.**

4. DIREITO TRIBUTÁRIO

O Governador do Estado "Z", recém empossado após o regular pleito eleitoral, pretende instituir isenção do ICMS sobre as operações envolvendo mercadorias inclusas na lista "K". Sem conhecimento sobre o tema, formulou consulta à respectiva Procuradoria Geral do Estado para saber como proceder.

Discorra acerca dos requisitos necessários à instituição do referido benefício fiscal.

5. DIREITO DO TRABALHO/ PROCESSUAL DO TRABALHO

Em 01/01/2020, Pedro (reclamante) ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa ABC S/A (reclamada), requerendo diversas verbas trabalhistas, alegando que não as teria recebido durante e após o encerramento contratual. Alegou que o seu contrato de trabalho, já consideradas todas as projeções (inclusive de aviso prévio) se deu no período de 01/01/2018 a 01/01/2019, e que laborou para a reclamada sob a égide da CLT, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, prestando serviços unicamente nas dependências de hospital público do Estado do

Amazonas, em caso típico de terceirização de mão-de-obra.

Apesar de fazer referência à terceirização, Pedro resolveu indicar para compor o polo passivo da lide apenas a empresa ABC S/A, sem elencar qualquer pedido em face do Ente Público.

Após regular instrução processual, por meio de sentença, a demanda foi julgada totalmente procedente. E sem qualquer recurso por parte empresa ABC S/A (reclamada), a decisão transitou em julgado.

Com o início da execução, percebendo que os atos executivos em face da ABC S/A estavam sendo infrutíferos, Pedro resolveu então ajuizar uma nova ação trabalhista, agora apenas em face do Estado do Amazonas, requerendo que fosse declarada a responsabilidade subsidiária do Ente Público pelas verbas que lhe foram deferidas no processo anterior. Assim, em 01/06/2021, Pedro ajuizou a nova reclamação trabalhista exclusivamente em face do Estado do Amazonas, argumentando, especialmente, o seguinte: i) quanto à propositura de ação declaratória de responsabilidade subsidiária: que não haveria qualquer óbice, desde que respeitado o prazo prescricional bienal; ii) quanto à prescrição bienal: que a propositura da ação anterior interrompeu o curso da prescrição; iii) quanto à responsabilidade subsidiária do Ente Público: que o fato de a sentença da ação anterior ter reconhecido que lhe eram devidas as verbas lá requeridas conduz à conclusão inequívoca de que



**VII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

o Estado não exerceu fiscalização sobre a empresa ABC S/A.

Diante de tal situação e considerando a legislação e a jurisprudência do TST sobre o tema, **aponte de forma fundamentada os argumentos que o Ente Público pode utilizar, relativamente a cada um dos três aspectos acima narrados (i - propositura de ação declaratória exclusivamente contra o Estado; ii - prescrição em relação a esse pleito; e iii - a caracterização da responsabilidade subsidiária estatal), para se contrapor ao pedido de Pedro.**